

## O PAPEL DO TUTOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

BRENDA MARQUES MOREIRA<sup>1</sup>; THUANNE CORRÊA BRANÇÃO <sup>2</sup>

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>3</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas— [brendaestudosvet@gmail.com](mailto:brendaestudosvet@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas— [thuannebrancao@gmail.com](mailto:thuannebrancao@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinencm@gmail.com](mailto:alinencm@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um direito garantido no Brasil por marcos legais fundamentais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), que assegura aos alunos com deficiência o acesso a currículos, métodos e recursos específicos em classes regulares, além do apoio de profissionais especializados quando necessário (RevistaFT, 2024). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (BRASIL, 2015), reforça essa garantia ao estabelecer que o Estado deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem em ambientes inclusivos, promovendo a acessibilidade e o atendimento educacional especializado (GUIA DO EDUCADOR INCLUSIVO, 2023).

Apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios, principalmente relacionados à preparação docente e à adaptação de práticas pedagógicas para atender às singularidades de cada estudante. Estudos recentes indicam que a formação de professores e tutores é fator decisivo para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade, uma vez que a prática pedagógica exige constante ressignificação de estratégias e recursos (UFSM, 2023; REDALYC, 2024).

Nesse cenário, a atuação do tutor universitário revela-se de extrema relevância, uma vez que contribui de maneira direta para a mediação do processo de aprendizagem e para a efetiva participação dos estudantes com deficiência no ensino superior. O tutor configura-se como um mediador entre o discente e o meio acadêmico, favorecendo a adaptação de atividades, o desenvolvimento da autonomia e a construção de um espaço institucional pautado no respeito à diversidade. O Programa de Tutorias da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), instituído em 2017 com a participação inicial de 15 bolsistas, expandiu-se de forma expressiva em virtude de sua importância para a permanência estudantil. Atualmente, conta com 40 tutores vinculados a diferentes cursos de graduação, que desempenham funções de acompanhamento pedagógico e apoio acadêmico direcionados ao público-alvo da política de ações afirmativas, abrangendo estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Trata-se, portanto, de uma iniciativa institucional vinculada à Coordenação de Acessibilidade, que integra as estratégias da universidade na consolidação de práticas inclusivas e na promoção da equidade no ensino superior.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

A educação inclusiva busca assegurar a participação de todos os estudantes nos processos de ensino e aprendizagem, independentemente de

suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Mantoan (2003) enfatiza que a inclusão não deve restringir-se à inserção de estudantes com deficiência no espaço escolar, mas exige a transformação desse ambiente em um espaço que reconheça e valorize a diversidade como princípio norteador. Assim, cabe às instituições garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem, respeitando a singularidade de cada sujeito.

Nesse contexto, o papel do tutor universitário revela-se essencial, pois sua atuação está diretamente ligada à mediação entre o estudante, os conteúdos acadêmicos e o corpo docente. Entre as atividades desempenhadas, destacam-se as adaptações curriculares, o apoio pedagógico individualizado e o estímulo à autonomia estudantil. Estudos evidenciam que tais ações contribuem não apenas para o desempenho acadêmico, mas também para a integração social, fortalecendo vínculos entre o estudante e a comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2023; REDALYC, 2024).

Além disso, a tutoria possibilita a superação de barreiras pedagógicas e atitudinais por meio da promoção de práticas inclusivas que favorecem a participação efetiva do estudante em sala de aula e demais espaços acadêmicos. Como ressaltam (LOPES E OLIVEIRA, 2022), a tutoria constitui uma ferramenta estratégica para a promoção da equidade, transformando a instituição de ensino em um espaço que, de fato, respeita e valoriza as diferenças.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de tutoria demonstrou que o apoio individualizado é essencial para favorecer a aprendizagem e a participação de estudantes com deficiência. As adaptações realizadas, o uso de recursos diferenciados e o incentivo à autonomia contribuíram para avanços no desempenho acadêmico e na socialização das alunas. Conclui-se, portanto, que a presença do tutor é um recurso pedagógico eficaz para a promoção da inclusão escolar, reforçando a necessidade de continuidade e fortalecimento dessa prática no ambiente educacional.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GUIA DO EDUCADOR INCLUSIVO. Educação inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão. 2023. Disponível em: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br>. Acesso em: 19 ago. 2025.

LOPES, R.; OLIVEIRA, A. A tutoria como prática inclusiva no ensino regular. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 10, n. 2, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

REDALYC. Educação especial na perspectiva inclusiva: avanços e desafios no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 19 ago. 2025.

REVISTAFT. Percursos e possibilidades para uma vida escolar inclusiva: uma análise nas legislações nacionais. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Formação docente e práticas inclusivas: uma revisão integrativa. *Revista Educação Especial*, 2023.